

## ARTIGO

# A GUINADA PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM E “A INVENÇÃO DO COTIDIANO”

## THE PRAGMATIC TURN OF LANGUAGE AND “THE PRACTICE OF EVERYDAY LIFE”

GERSON LUÍS TROMBETTA<sup>1</sup>  
FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo apresenta as características gerais da guinada pragmática da linguagem, de modo especial como aparecem na filosofia de Ludwig Wittgenstein. Apresenta também como as teses centrais da guinada pragmática da linguagem influenciaram a visão de Michel de Certeau sobre a narrativa historiográfica, exposta no seu livro *A invenção do cotidiano*. A hipótese é que a maneira como Michel de Certeau dialoga teoricamente com o segundo Wittgenstein abre desafios e perspectivas para a narrativa historiográfica que vão muito além das limitações empiristas.

**PALAVRAS-CHAVE:** guinada pragmática; linguagem; Michel de Certeau; Wittgenstein; narrativa historiográfica.

**ABSTRACT:** The article presents the general characteristics of the pragmatic turn of language, especially as they are approached in Ludwig Wittgenstein's philosophy. It also presents the way the main theses of the pragmatic turn of language have influenced Michel de Certeau's view of the historiographical narrative, as it appears in his book *The practice of*

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade de Passo Fundo (UPF). ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-8607-2029>; e-mail: [gersont@upf.br](mailto:gersont@upf.br)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio doutoral na FU-Berlin. Professor do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6132-803X>; e-mail: [faas@upf.br](mailto:faas@upf.br)

*everyday life*. The hypothesis is that the way Michel de Certeau dialogues theoretically with the second Wittgenstein opens up challenges and perspectives for the historiographical narrative, ones that go far beyond empiricist limitations.

**KEYWORDS:** pragmatic turn; language; Michel de Certeau; Wittgenstein; historiographical narrative.

Vi também Tântalo de pé num lago, condenado a tortura cruel. Embora a água lhe tocasse o queixo, padecia de sede porque não lhe era permitido beber.

(Homero - Odisséia)

## 1. O castigo de Tântalo

Conforme a versão mais comum da mitologia grega, Tântalo, filho de Zeus e Plota, decidido a testar a sabedoria dos deuses e se julgando muito poderoso, rouba seus manjares e, em troca, serve a carne de seu filho Pélope. Os convidados, porém, descobrem o crime e, como punição, Tântalo é lançado nas profundezas do Tártaro. Ali, mesmo rodeado por frutas e água abundante, é condenado a nunca saciar a fome ou a sede. Sempre que Tântalo se curvava para aplacar a sede, a água recuava, sumia; da mesma forma, ao tentar alcançar os frutos das árvores, os ramos simplesmente saíam do seu alcance, levados pela força do vento. A pena ou o suplício ao qual Tântalo está condenado, por desafiar os deuses, tem a ver com a eterna tensão entre desejar algo inalcançável apesar de parecer muito próximo. Nessa condição, o objeto desejado fica ao alcance da mão, mas impossível de ser usufruído. A proximidade da realização potencializa o desejo que, juntamente com a vivência constante da impossibilidade, se transforma a situação em uma verdadeira tortura.

O martírio de Tântalo é uma boa ilustração para a questão central que move o artigo que ora propomos. Ele oferece uma imagem bastante didática para indicar o conjunto de dificuldades (e ficções) que acompanham a operação historiográfica - e sua relação com a verdade - quando tal atividade toma a sério seus condicionamentos linguísticos. Da mesma forma que as frutas e a água no Tártaro, a verdade objetiva, sustentada por “provas empíricas” (como uma esperança mítica que compatibilizaria a historiografia com as ciências “duras”), está sempre escapando entre os dedos. No mundo das narrativas historiográficas - constituídas linguisticamente - o vento sopra forte e toda teoria está em movimento, ao sabor das demandas do tempo e dos jogos de linguagem. O alerta que brota do castigo dado a Tântalo é que, ao intentarmos alcançar supostas “provas empíricas”, o que utilizamos são “ferramentas” linguísticas, repletas de condicionantes. Os “dados” nunca são acessados diretamente; há sempre mediações que, assim como o vento do Tártaro, empurram tais dados para além do alcance da mão. Não examinar criticamente isso é desconhecer as pretensões de verdade que atravessam a prática do historiador.

Por outro lado, a analogia não nos parece de todo verdadeira. De fato, ao contrário de um suplício, esclarecer as condições da linguagem que perpassam a narrativa historiográfica (assim como todos os discursos que se pretendam científicos) é uma atividade necessária pois, além de depurar “ilusões míticas” e dogmatismos, abre novas frentes de diálogo com as demais ciências humanas no objetivo de compreender e dar sentido à experiência humana no tempo e no mundo. Considerando tal quadro, o propósito do artigo é demonstrar, na esteira da guinada pragmática da

linguagem (representada principalmente pelo segundo Wittgenstein)<sup>3</sup> como o discurso historiográfico, por sempre se dirigir a uma possível audiência, é determinado por condicionantes dos jogos de linguagem, o que pressupõe vantagens e desvantagens. A base filosófica da guinada pragmática está na crítica à tese que o significado de uma palavra encontra-se, exclusivamente, no objeto que tal palavra substitui nas proposições com sentido. Tal teoria do significado sustenta os modelos empiristas de conhecimento e, em termos de ciências humanas, gera, ao mesmo tempo, a tentação de mimetizar tais modelos e a perda de legitimidade das narrativas construídas com palavras sem significado possível de definição ostensiva. A guinada pragmática, da forma como proposta pelo segundo Wittgenstein, explicita a ficção que sustenta a exclusividade do paradigma tradicional do significado e amplia, a partir da noção de “uso”, o que se entende por sentido e por verdade. Uma vez detalhados tais argumentos, apresentaremos prerrogativas teóricas de Michel de Certeau sobre a narrativa historiográfica, na forma como apresentadas na “Invenção do

---

<sup>3</sup> Ludwig Wittgenstein, dentre os filósofos do século XX, certamente merece estar na lista dos mais influentes. Wittgenstein talvez tenha sido o único a propor, no decorrer das sua obra duas filosofias com bases e métodos radicalmente diferentes. O “*Tractatus Logico-Philosophicus*”, obra-síntese do “primeiro Wittgenstein”, dá início à “virada linguística” da filosofia analítica do século XX, ao sustentar que os “constituintes últimos da linguagem e sua estrutura lógica devem refletir a estrutura metafísica do mundo” (GLOCK, 1998, p. 27). O segundo Wittgenstein, cuja expressão mais bem acabada encontra-se nas “*Investigações Filosóficas*” (publicada postumamente), intenta realizar a substituição da pergunta pela essência da linguagem pela questão pragmática de “como” a linguagem funciona, o que implica compreender os “usos” de termos e expressões na diversidade dos jogos de linguagem. Se as teses do “primeiro Wittgenstein” deram um impulso decisivo para as investigações no campo da filosofia analítica e, indiretamente, para as ciências da informação, o “segundo Wittgenstein” influenciou metodológica e epistemologicamente diversos campos das ciências humanas, trazendo a linguagem, como experiência social, para o centro do debate.

cotidiano”, e como a noção de verdade ali embutida está conectada com a perspectiva geral da guinada pragmática da linguagem, tanto em termos metodológicos como na definição da sua “matéria-prima”. Importa, de modo especial, demonstrar como a perspectiva de Certau, de colocar o “ordinário linguístico” das práticas sociais como foco do historiador, indica também que a atividade científica não é outra senão uma prática, uma “prática linguística” viva que se consolida no horizonte dos jogos de linguagem.

## **2. Contexto historiográfico e teórico da guinada pragmática**

Para compreender a influência da guinada pragmática à teoria da história e à escrita da história proposta por M. de Certeau é pertinente reconstruir o contexto teórico e historiográfico antecedente. Com essa intenção passamos a descrever brevemente tal contexto, onde procuramos mapear como alguns historiadores referenciais, europeus e estadunidenses, estavam interagindo com o mundo social e político de seu tempo. Os traços gerais desse quadro permitem localizar onde a guinada pragmática e, em especial, a teoria do significado do segundo Wittgenstein começa a produzir efeitos nas ideias sobre a escrita da história.

Segundo Iggers e Wang (2008), o período entre a década de 1890 e o início da Primeira Guerra Mundial foi marcado, na historiografia europeia e estadunidense, por uma ampliação da perspectiva histórica para além do estreito foco de uma orientação estatal, focada em temas como história militar e diplomática. Abordagens interdisciplinares também ganhavam

espaço, como resultado do crescimento da história cultural, social e econômica. Iggers e Wang (2008) consideram que o persistente sentimento nacionalista não impediu que o período tivesse relevante comunicação acadêmica internacional. Contudo, esta tendência foi interrompida e, em alguns casos revertida, com o início da Primeira Guerra Mundial. Para os autores, foi assustador perceber como um amplo consenso a favor da guerra foi instituído.

Seguem Iggers e Wang (2008) que a cooperação internacional entre historiadores do período pré-guerra foi desfeita, não sendo retomada mesmo depois da guerra. Um caso clássico de perda de comunicação internacional foi a ruptura entre o historiador alemão Karl Lamprecht e o historiador belga Henri Pirenne, que eram os mediadores entre a história social alemã e francesa. Se havia, em geral, um consenso entre os historiadores a favor de seu próprio país no início da guerra, tal consenso foi quebrado durante a mesma. Já no período do pós-guerra, temos um quadro de instabilidade política, onde os governos democráticos, que foram estabilizados, e as novas nações, que emergiram do desmembramento dos antigos impérios, tornaram-se, em geral, regimes autoritários. Seguem os autores, que tal instabilidade reverberou em um crescimento do desencanto com a democracia e com a civilização moderna. Essa atitude negativa teve vozes no final do século XIX em vários historiadores e pensadores sociais de diferentes cortes políticos<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Iggers e Wang citam esses pensadores: F. Nietzsche, V. Pareto, G. Sorel, J. Huizinga, M. Heidegger, T. S. Eliot e Ezra Pound.

Um dos elementos chaves da crítica da modernidade, para Igger e Wang (2008), foi o ataque ao pensamento racional como herdado dos iluministas. Para os autores, um exemplo dessa crítica a um tipo de racionalismo iluminista era a filosofia vitalista de Henri Bergson, para quem a realidade básica era a vida, acessível pela intuição. A rejeição a um tipo de realidade foi levada mais além por Martin Heidegger, que buscou uma alternativa ao pensamento científico (positivista) na poesia e relativizou a herança clássica iluminista. Seguem os autores que um livro altamente pessimista foi *O declínio do Ocidente* de Oswald Spengler, escrito durante e Primeira Guerra e publicado entre 1918 e 1922 e amplamente lido fora da Alemanha. A concepção de história de Spengler foi guiada por um fatalismo extremo e à conseqüente ruína do Ocidente. De um modo geral, no entendimento de Iggers e Wang, a herança do iluminismo sobreviveria especialmente no mundo anglo-saxão e, também, na Escola de Viena.

Em seguida Iggers e Wang (2008) perguntam-se como este cenário intelectual afetou o pensamento histórico e a escrita da história. De uma maneira geral, a profissão de historiador, em países democráticos, pouco mudou. Em torno da nova história nos EUA – Charles Beard, Carl Becker e James H. Robinson – havia uma tendência em direção à história cultural e social iniciada no início do século e continuada no entreguerras. Na Grã-Bretanha, a Primeira Guerra Mundial não representou, também, uma quebra na historiografia em comparação com o período pré-guerra. Com os trabalhos de Sir Lewis Namier, Thomas Ashley, Richard Tawney e Eileen Power, avançou-se nos estudos de história econômica, social e intelectual. Na França os *Annales*, sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre, também levaram a historiografia a abordar questões econômicas e sociais,

como também, avançaram no terreno do método comparativo e transnacional.

O caso do entreguerras na Alemanha, por sua vez, foi diferente. Para Iggers e Wang (2008, p. 181), impressiona o fato de como a experiência da guerra afetou pouco a maioria dos historiadores acadêmicos alemães. Tais historiadores estava divididos entre ultranacionalistas, para quem a solução de Bismarck da questão alemã de 1871 constituía o ponto alto da história, e os nacionalistas moderados, que também eram monarquistas mas queriam enfrentar a realidade da derrota e trabalhavam para uma reconciliação com os antigos inimigos no Ocidente. O primeiro grupo se opôs à República de Weimar e queria o retorno de um governo autoritário.

Foi um período tenso para a historiografia alemã. Enquanto uns acreditavam que a historiografia deveria ampliar a história política em direção à outras abordagens e buscar uma interdisciplinaridade maior, envolvendo, por exemplo, a psicologia e a sociologia weberiana, outros – jovens historiadores da direita ultranacionalista – queriam que a história englobasse a população em geral, focando no povo (*Volk*) alemão, definido como uma comunidade racial ligada por sangue e linguagem, excluindo judeus e minorias étnicas<sup>5</sup>.

Na União Soviética o controle sobre a historiografia foi maior que na Itália fascista e na Alemanha nazista. O período stalinista foi um momento de ameaças físicas, deportações e execuções. Os estudos históricos foram guiados pela doutrina do marxismo-leninismo, cuja noção

---

<sup>5</sup> Ringer (2000) sustenta a tese de que o mandarinato, elitista e idealista, de professores universitários alemães facilitou a passagem e a expansão do caminho especial alemão no nacional-socialismo nas primeiras décadas do século XX.



central era que o choque das forças econômicas determinava o curso dos eventos<sup>6</sup>. Nas duas décadas logo após a Segunda Guerra Mundial, para Iggers e Wang (2008), houve um renovado interesse em transformar a historiografia em uma ciência rigorosa, isto é, uma ciência alicerçada na pesquisa empírica e nos métodos analíticos cujo modelo estava nas ciências naturais.

Portanto, para a maioria dos historiadores, a história tornou-se uma ciência social, embora Iggers e Wang entendam que havia quatro modelos que seguiam linhas nacionais e que tratavam o caráter científico da história de maneira diferente<sup>7</sup>. Eles distinguem os modelos da historiografia estadunidense, da francesa, da Alemanha ocidental e a abordagem marxista que cruza as fronteiras nacionais<sup>8</sup>. Essas orientações, entendiam a história como um processo progressivo de modernização conduzindo para sua realização no mundo ocidental. As crises dos anos 20 e o movimento da historiografia na direção das ciências sociais tem como pano de fundo a esperança de resolver a questão da verdade a partir de uma base empírica, de dados que supostas “realidades históricas” poderiam fornecer através de documentos e outros registros. Retorna aqui o suplício de Tântalo que mencionamos no início. Ao requerer uma base empírica como fundamento

---

<sup>6</sup> Além disso, o marxismo europeu ofereceu estudos históricos de importância para a compreensão histórica, tais como: Georg Lukács, Antonio Gramsci e Georges Lefebvre.

<sup>7</sup> Lepenies (1996) afirma que o processo de cientificação da historiografia e da sociologia (em especial a europeia) e sua relação e separação com a literatura, em especial a francesa, já começava a ocorrer no século XIX.

<sup>8</sup> Apesar de uma certa característica nacional, é importante destacar o estudo de Espagne (1999) em que o autor destaca a importância do processo de transferência cultural que havia, no final do século XIX, entre a Alemanha e a França. O autor enfatiza, de modo especial, a ressemantização que os conceitos e processos intelectuais conheceram “ao cruzar o Reno”.

do próprio sentido do discurso historiográfico, não se estaria colocando o historiador na mesma condição de Tântalo ao estender a mão e tentar colher os frutos? Ou seja, ao pleitear-se o fundamento da narrativa historiográfica nas condições empíricas da verdade não se estaria supondo a tangibilidade dos “frutos desejados” e, ao mesmo tempo, ignorando que o uso dos instrumentos (linguísticos) próprios de tal discurso necessariamente supõem condições que deixam tais frutos sempre um pouco mais para além? É na perspectiva de esclarecer as bases filosóficas dessa tensão entre condições linguísticas e condições de verdade que se justifica a próxima etapa do presente artigo.

### **3. A guinada pragmática da linguagem e o papel da intenção-de-comunicação**

A solução para a crise da fundamentação da verdade nos anos 20 e a sua opção empirista está conectada, ao menos nas suas primeiras camadas, aos debates filosóficos que levaram a um avanço importante na semântica formal. Para Strawson (1980), o problema geral da significação da linguagem poderia ser colocado assim: o que é, para alguma coisa, ter significação à maneira como ou no sentido em que palavras, sentenças ou sinais têm significação? A partir desta questão, o autor se propõe a investigar o conflito existente entre as diversas abordagens que constituem sua possível resposta. Notadamente, estas formas de resposta podem ser reunidas em dois grupos: a dos teóricos da “intenção-de-comunicação”

(contando com figuras como Grice, Austin e o segundo Wittgenstein) e a dos teóricos da semântica formal (Chomsky, Frege e primeiro Wittgenstein).

A tese central do primeiro grupo é assim apresentada por Strawson:

De acordo com os primeiros, é impossível fornecer uma explicação (*account*) adequada do conceito de significação sem fazer referência à posse, por parte dos locutores, de intenções endereçadas a uma audiência, intenções essas de um determinado tipo complexo. As significações particulares das palavras e das sentenças constituem largamente, sem dúvida, um problema de regra e de convenção; mas a natureza geral dessas regras e convenções só poderá ser finalmente compreendida por referência ao conceito de intenção-de-comunicação (*communication-intention*) (1980, p. 332).

De outro lado, o grupo dos semanticistas alega que seria completamente possível que alguém compreendesse uma língua (que demonstrasse competência linguística perfeita) sem que tivesse implicitamente a ideia da função de comunicação. Para tal visão teórica, a doutrina da intenção-de-comunicação

[...] simplesmente toma as coisas ao contrário ou as toma invertidas confundindo o contingente com o essencial. Evidentemente podemos esperar uma certa regularidade de conexão entre aquilo que as pessoas têm a intenção de comunicar ao proferir (*by uttering*) certas sentenças e aquilo que essas sentenças significam convencionalmente. Mas o sistema de regras semânticas sintáticas, em cujo domínio consiste o conhecimento de uma língua – as regras determinam as significações das sentenças – simplesmente não é um sistema de regras para comunicar. As regras podem ser utilizadas (*exploited*) para esse objetivo mas isso será incidental para o seu caráter essencial. (STRAWSON, 1980, p. 332).

O quadro traçado acima permite formalizar algumas questões orientadoras: qual é a relação entre comunicação e significação? A qual das duas pertence a primazia em um projeto de busca da fundamentação de uma teoria do significado? É a significação constituída pela essência comunicadora da linguagem ou, para comunicar, a significação já tem de estar disponível? Que consequências tem isso para a legitimação (ou não) da narrativa historiográfica?

### 3.1. As tentações da semântica formal

Os teóricos da intenção-de-comunicação constroem seu argumento, normalmente em duas etapas: a primeira consiste em apresentar e elucidar um conceito primitivo de comunicação, de tal modo que não se pressuponha o conceito de significação linguística; e, a segunda, em demonstrar que o conceito de significação se fundamenta na comunicação. A compreensão dessa via de abordagem se dá na medida em que se admite um locutor (*speaker's*) ou um elocutor (*utterer's*) que significa alguma coisa por meio de (*meaning something by*) uma elocução endereçada a uma audiência numa ocasião particular. Evidentemente, não se trata aqui tão somente de elocuções verbais. Uma elocução também poderia assumir a forma de um gesto, uma determinada disposição de objetos ou um desenho. O que vai determinar o conteúdo da elocução é a intenção significante do elocutor.

A questão a ser visitada, então, é a respeito do modo como vai se manter uma ideia de significação linguística em termos de significação do locutor. Se considerarmos a complexidade e a quantidade das regras

sintáticas que envolvem as convenções linguísticas fica bastante intrincado experimentar a situação primitiva da origem da comunicação. Uma alternativa seria adotar o caminho de investigar a partir de qual é o propósito de, convencionalmente, constituir as regras de comunicação, ou seja, tais regras são “regras” para fazer o quê? Ora, a resposta parece bastante simples: são regras para comunicar, “regras mediante cuja observância o elocutor poderá realizar o seu objetivo, satisfazer a sua intenção-de-comunicação” (STRAWSON, 1980, p. 334). Este é o caráter essencial das regras e não um “feliz acaso”. Os êxitos de comunicação primitivos originam sistemas convencionais de comunicação que, por sua vez, impulsionam a dilatação das necessidades da linguagem.

O ponto básico da polêmica se refere às relações entre as regras da língua que determinam a significação, de um lado, e a função de comunicação, de outro. A abordagem semanticista precisaria, então, resolver a seguinte questão: qual é o caráter geral das regras que determinam a significação quando tomadas independentemente da intenção-de-comunicação? Segundo Strawson (1980), só há um tipo de resposta que merece uma consideração séria sobre a referida questão: trata-se da resposta fundamentada na noção de condições-de-verdade. Tal ideia se apresenta em Frege e no primeiro Wittgenstein e pode ser assim resumida: “[...] as regras sintáticas e semânticas determinam, juntas, as significações de todas as sentenças de uma língua e que elas o fazem mediante, justamente, a determinação das condições-de-verdade das sentenças” (STRAWSON, 1980, p. 336).

Há, evidentemente, objeções fortes a essa ideia. Uma delas é que existem tipos de sentenças (tais como as interrogativas, as imperativas e as

optativas) para as quais as condições-de-verdade não se aplicam pois nelas não se decide entre o verdadeiro e o falso. Com relação a esta objeção, a abordagem pode ser defendida na medida em que se admite, no lugar da condição-de-verdade da sentença, alguma noção próxima como, por exemplo, condição-de-cumprimento (sentenças imperativas) ou condição-de-satisfação (sentenças optativas). Neste caso, a condição-de-verdade permaneceria explicando a condição de significação, mantendo independência em relação à comunicação. A pergunta central fica, assim, reajustada: a condição-de-verdade de uma sentença pode, ela mesma, ser explicada ou compreendida sem a referência a uma intenção-de-comunicação? Com respeito a esse “novo alvo”, vale registrar que o conceito de sentença é aqui admitido no sentido simples de sentenças-tipo, ou seja, no sentido de que existe só uma sentença, em determinada língua, para dizer, por exemplo “ontem fiz quarenta anos”, e que esta pode ser proferida em ocasiões, pessoas e referências diversas. Aqui a ideia de valor de verdade não pode ser aplicada diretamente, uma vez que não está especificado quem está proferindo a sentença. Apesar disso, a ela ainda cabem condições-de-verdade. As condições-de-verdade de uma sentença dessas será não um enunciado das condições sob as quais a sentença é verdadeira, mas um “enunciado geral do tipo de condições sob as quais diferentes elocuições particulares da sentença resultarão em diferentes verdades particulares” (STRAWSON, 1980, p. 338). Se o peso da ideia de significação recai nas condições-de-verdade da sentença é preciso então clarear o que se supõe como “verdade em geral”.

O lugar argumentativo mais fundamental, para marcar a extensão e a potência da tese da “condição-de-verdade como base da significação”, é

o *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Ludwig Wittgenstein. A partir do famoso aforismo 3 (“A figuração lógica dos fatos é o pensamento”), o pensador apresenta os detalhes da teoria da figuração, que pretende sustentar a conexão entre mundo e linguagem. A empreitada sugerida pelo aforismo poderia ser traduzida em uma pergunta com contornos transcendentais: quais são as condições para a linguagem representar ou referir-se ao mundo? Seriam tais condições que garantiriam sua significação?

Para o primeiro Wittgenstein (cujas teses se concentram no *Tractatus*) é a figuração (*Das Bild*) que realizará tal tarefa: a figuração é a entrada da linguagem, a condição de possibilidade para “dizer” o mundo. A linguagem, em relação ao mundo, possui uma estrutura especular. Há simetria entre seus componentes (nomes e proposições) e o componentes do mundo (coisas/objetos e fatos). O que é mais fundamental, porém, não é essa simetria, mas, sim, o fato da “forma” (lógica) como os elementos mínimos do mundo (coisas/objetos) e da linguagem (nomes) se combinam entre si, ser a mesma. É a forma da figuração que diz o que a proposição tem em comum com a forma da realidade (SANTOS, 1993, p. 65).

A forma lógica determina o que acontece (e o que não acontece) no mundo e é figurada na linguagem. A figuração (linguagem) não figura diretamente o mundo, mas seu sentido. Ou seja, ela figura a abertura de possibilidade para o falso ou para o verdadeiro (teoria da bipolaridade). A proposição, assim, encontra seu sentido na medida em que anuncia algo que é possível no mundo. Seu sentido é determinado por sua condição geral de verdade, sua possibilidade de ser verdadeira/falsa. O lugar originário da figuração está nas proposições elementares. Tais proposições são formadas por nomes, que estão ordenados de uma determinada forma. Os nomes

participam de proposições que descrevem o que é possível no mundo desde que tenham significado. Um nome possuiu um significado quando substitui um objeto/coisa em uma proposição com sentido. A estrutura do mundo se adequa à estrutura da proposição uma vez que as possibilidades combinatórias (de nomes) presentes nela são idênticas, formalmente falando, aos fatos (combinação de coisas/objetos) que ela figura.

A questão do sentido da proposição, na perspectiva do *Tractatus Logico-Philosophicus*, então, pode ser assim resumida: a) toda proposição factual (elementar) tem um sentido preciso, na medida em que está fundada em condições gerais de verdade; b) a maneira como as proposições factuais ganham sentido e conectam-se com o mundo é a **figuração** (*Das Bild*); c) as proposições factuais ganham sentido preciso ou porque descrevem um fato no mundo ou porque podem ser decompostas em outras proposições que descrevem fatos; d) como o empirismo de base é insuficiente para o grau de generalização da ciência, Wittgenstein propõe a tese da *extensionalidade*: sem exceção, todas as proposições ou são elementares, descrevendo diretamente um fato atômico (que não pode ser dividido em outros fatos), ou são funções dessas proposições elementares. Assim, o sentido de qualquer proposição complexa é o acordo possível com os fatos (atômicos) descritos pelas proposições elementares que compõem tal proposição complexa. A verdade das proposições complexas (um artigo científico, por exemplo), do mesmo modo, é a função da verdade ou falsidade das proposições elementares, da sua concordância ou discordância com os fatos atômicos.

É fundamental destacar que o pilar da chamada teoria da figuração ou teoria pictórica da linguagem reside em uma noção específica de



significado. As proposições só ganham sentido (*Sinnvoll*), e estão aptas para serem submetidas a testes de verdade (contingentes, portanto), desde que sejam compostas por nomes com significados (precisos). Do contrário, seriam apenas sem sentido (*Sinnlos*), como as da matemática ou da lógica (tautológicas ou contraditórias) ou, simplesmente, insensatas ou absurdas (*Unsinnig*), formadas por nomes sem significado (pseudo-nomes), como as da moral, da estética, da metafísica, da religião e, porque não dizer, das ciências humanas em geral. Ter significado, para um nome, é substituir, na proposição com sentido, a coisa (objeto) nomeada por ele. A conexão entre o nome e a coisa é sustentada pelo pensamento, por uma espécie de ato mental que antecede a expressão comunicativa da proposição. Em outras palavras, a operação que chancela a conexão entre o nome e a coisa é estritamente mental. A força de tal conexão, no entender do primeiro Wittgenstein, tem duas origens: a) a definição ostensiva prévia; ou seja, o fato de ter havido um gesto dêitico (um “apontar”), uma expressão demonstrativa (do tipo “isto é”) e um nome correspondente para produzir tal conexão. Por exemplo, se alguém não sabe o que é um “lápis”, o melhor a fazer é apontar para um e dizer “isto é um lápis”. Seria improdutivo buscar o significado do termo “lápis” em um dicionário. Ali, o interessado apenas encontraria mais e mais termos e não propriamente a “coisa-lápis”; b) o fato de que é necessário que o nome se conecte com uma coisa, do contrário jamais a linguagem poderia descrever algo do mundo. A linguagem precisa se ancorar em alguma parte do mundo (as coisas), pois só assim ela tem condições de permitir ver (figurar) através dela os fatos possíveis. Tal teoria do significado vai ser denominada, posteriormente, pelo segundo

Wittgenstein (nas *Investigações Filosóficas*) de visão agostiniana da linguagem, que comporia uma visão essencialista da linguagem humana:

Nessas palavras temos, assim me parece, uma determinada imagem da essência da linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações. – Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui. (WITTGENSTEIN, 1991, p. 9).

### **3.2. A guinada pragmática e o significado como “uso”**

A famosa guinada pragmática, conforme as teses do segundo Wittgenstein, tem seu impulso mais forte exatamente na crítica à visão essencialista da linguagem. O primeiro passo para a realização de tal crítica é alterar o método e o objeto da análise. Se antes o *Tractatus* pretendia demonstrar a essência do mundo com base na essência da proposição, agora, a investigação vai mirar a linguagem no contexto do seu funcionamento, ou seja, a linguagem ordinária, cotidiana, comum. Não se trata, simplesmente de sustentar que a teoria do significado anterior é falsa, mas que explica muito pouco sobre o que é a complexidade da linguagem humana. É claro que existem nomes com significado preciso (que substituem coisas) e que formam proposições potentes e estáveis para descrever o mundo. Boa parte do discurso científico (mais ortodoxo) se baseia nesse pressuposto. Entretanto, isso explica apenas uma parte muito pequena da nossa experiência com a linguagem. Na maior parte das vezes, operamos (pragmaticamente) com outras formas de produção de sentido e de efeitos. Sem dúvida, é nesse caso que estão incluídos os debates que

formam o tecido do que chamamos de ciências humanas, incluindo a narrativa historiográfica em geral<sup>9</sup>.

Para o segundo Wittgenstein a “chave” para expandir a compreensão do modo como a linguagem funciona está na alteração da noção básica de significado de uma palavra, para a ideia de “uso”: “Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ se não em todos os casos de sua utilização – explicá-la assim: a significação de uma palavra é o seu uso na linguagem”. (WITTGENSTEIN, 1991, p. 28). A grande novidade dessa teoria do significado é que agora o sentido de uma proposição (sua racionalidade e inteligibilidade) não é mais compreendido como uma propriedade intrínseca de uma família “privilegiada” mas, como um condição que uma proposição assume dentro de uma amálgama de regras, crenças e comportamentos, ligados a uma forma de vida, e chamada pelo segundo Wittgenstein de “jogos de linguagem”. Com efeito, sabe o significado de uma palavra aquele que sabe usá-la dentro de um determinado jogo de linguagem. Por jogo de linguagem deve-se entender,

---

<sup>9</sup> Com respeito ao “descolamento” do significado dos nome para além das descrições identificadoras, e suas consequências para a sustentação da verdade na prática historiográfica, é importante mencionar os trabalhos de Ankersmit (2006; 2012). O referido autor vem desde os anos de 1980 elaborando uma teoria histórica na qual a coerência fornecida, pela ordem da escrita do historiador, aos fatos do passado é explicada como uma narrativa histórica. Ankersmit ((2006;2012) propõe que a verdade em história não se apresenta em forma de referencialidade, mas em termos de representação, na qual o historiador não reflete um sentido do passado presentificado/representado no texto a partir da documentação, mas cria um sentido histórico em sua representação do passado. Desse modo, a representação do passado é o lugar-tenente do próprio passado. Em virtude da natureza do artigo, cujo foco é explorar as influências da guinada pragmática linguagem na “Invenção do cotidiano”, de Michel de Certeau, não pretendemos desenvolver uma abordagem crítica da referida obra. Temos consciência, porém, que as apropriações das teses do segundo Wittgenstein, por parte de Certeau, é um momento bem definido em termos de repercussões da virada linguísticas na historiografia.

segue Wittgenstein (1991, p. 12) o conjunto da linguagem e das atividades (forma de vida) com as quais está interligada. No parágrafo 23 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein apresenta uma série de exemplos de jogos de linguagem: comandar e agir segundo comandos, descrever um objeto, relatar um acontecimento, expor e provar uma hipótese, inventar uma história, representar teatro, cantar uma cantiga de roda, contar uma piada, traduzir de uma língua para outra, conjecturar sobre algum fato, dentre outros. A sugestiva definição de “jogos de linguagem” deixa muitos campos abertos e, portanto, pode ser utilizada para várias finalidades. Com efeito, Wittgenstein rechaça a possibilidade de determinar uma essência do jogo de linguagem, pois isso significaria o retorno da exigência enganosa de uma linguagem ideal como fundamento. Os jogos de linguagem ganham validade enquanto intuição concreta e guardam entre si apenas “semelhanças de família”. Sob ponto de vista metodológico, é na linguagem ordinária que devemos instalar o “laboratório” para entender a complexidade dos processos de constituição do sentido e da verdade. Supor que a única linguagem capaz de portar a verdade é aquela depurada das contingências dos jogos, dos processos comunicativos e dos usos, é uma ficção.

Caracterizada como uma atividade que ocorre dentro de um conjunto de suposições e regras, a prática do historiador é, antes de qualquer coisa, uma prática linguística que se realiza em um “jogo de linguagem”. Os conceitos com o qual o historiador opera, tais como tempo, história, cultura, verdade, passado, narrativa, política, modo de produção, civilização, capitalismo e socialismo, por exemplo, estão longe de ser nomes cujos significados podem ser apreendidos por definições ostensivas. Pelo

contrário, seu uso nos jogos de linguagem (do tipo historiográfico) é que define (ao menos provisoriamente) o seu significado. É também o próprio jogo (suas regras e pressupostos) que determinará o que será aceitável como verdade ou falsidade<sup>10</sup>.

#### 4. A prática linguística do historiador e a invenção do cotidiano

Passamos a examinar mais detidamente, agora, as consequências da guinada pragmática para a escrita da história<sup>11</sup>, de modo especial pela forma como aparece na obra *A invenção do cotidiano* de Michel de Certeau<sup>12</sup>. A hipótese que buscaremos sustentar é que a filosofia do segundo Wittgenstein constitui a base teórica da perspectiva adotada por Certeau<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Uma referência importante para delinear um quadro mais amplo sobre as viradas linguísticas, as implicações pragmáticas no seu interior, e a historiografia é “When was the linguistic turn? A genealogy”, de Judith Surkis (2012). A argumentação ali exposta revela que a autora não está somente preocupada como desdobramentos teóricos da virada linguística, mas com a virada linguística em si, isto é, o que ela representa enquanto um momento historiográfico. O objetivo do trabalho não é, simplesmente, fazer mais uma história da virada linguística, mas, antes, questionar a utilidade do próprio conceito de virada linguística. O modo como Surkis se propõe a fazer isso é através da genealogia, o que lhe permite investigar os espaços, as trocas geracionais e os conflitos que fizeram emergir a virada linguística e seu uso na historiografia.

<sup>11</sup> Por conta das limitações deste artigo, não poderemos apresentar em mais detalhes as tensões intelectuais, amplamente reconhecidas, entre o universo anglo-saxão, onde brotam as teses de Wittgenstein e de onde emerge uma parte importante da crítica à historiografia que se aproxima das ciências sociais e o universo francês. Importa apenas, por agora, marcarmos a ideia do quanto Certeau é tributário das intuições filosóficas do segundo Wittgenstein.

<sup>12</sup> A primeira edição de *A invenção do cotidiano* foi publicada em 1980 pela editora Union générale d'éditions, depois foi publicado novamente em 1990 pela editora Éditions Gallimard.

<sup>13</sup> Neste particular, a hipótese do artigo difere das abordagens mais habituais sobre Certeau, tais como de Ricouer (2007), Hartog, (2011), Chartier (2002), Revel (2010) e Dosse (2004).

sobre a prática do historiador, de modo especial a partir do livro referido acima.

Partindo da argumentação de Iggers (2005), podemos posicionar, historiograficamente, o livro *A invenção do cotidiano* em meio ao fim da voga estruturalista e do que ele denominou como a tendência das ciências sociais, no pós-segunda Guerra até meados da década de 1970, a serem a condutora epistemológica da escrita da história. Tal movimento teórico afetou a historiografia francesa (e ocidental)<sup>14</sup>. No contexto historiográfico mapeado por Iggers (2005), Certeau estaria perscrutando outras possibilidades teóricas para compreender as mudanças que a historiografia europeia vinha vivendo no período<sup>15</sup>. Iggers (2005) caracteriza tal período, a partir dos meados da década de 1970, como desafio pós-moderno à historiografia, em que a volta da narrativa, a micro-história e a virada linguística alteram o modo de produzir a escrita da história.

Com o esgotamento do modelo estrutural e quantitativo, inspirado nas ciências sociais, Certeau passa a sustentar que a prática historiográfica investigue o fazer cotidiano. Para isso, irá recorrer, na primeira parte do seu livro, a uma abordagem filosófica que lhe fornecerá uma outra forma de pensar teoricamente a escrita da história: a análise do segundo Wittgenstein sobre a linguagem ordinária. Para Certeau, anteriormente, houve um

---

<sup>14</sup> Paul Ricouer nota as marcas estruturalista na escrita de Certeau (2007) no período do desafio das ciências sociais e do estruturalismo francês. Ricouer (2010, p. 53) aponta que houve uma relação linear e mecânica, no modo como Certeau concebeu a operação historiográfica, entre a produção histórica e a organização social.

<sup>15</sup> No mesmo período de Certeau, muitos outros historiadores estavam “testando” ou percebendo alternativas teóricas ao modelo das ciências sociais à historiografia, tais como Hayden White, Jörn Rüsen, Robert Darnton, Lawrence Stone, Reinhart Koselleck e Carlo Ginzburg, só para citar alguns.

desgaste do singular e do extraordinário, já pronunciado nas artes e na literatura<sup>16</sup>. Esse movimento ter-se-ia expandido para a ciência, que enquanto uma (suposta) metalinguagem, começou a se interessar pelo ordinário, muitas vezes anônimo, o que acabou por remover a ciência, em geral, e a historiografia, em particular do seu mirante epistêmico privilegiado. Por conta disso, a ciência deveria se reinventar. Agora não mais as estruturas modernizantes e holísticas, mas homens e mulheres ordinários que se oferecem como uma determinada explicação, como categorias de (impossível) totalização e de reconhecimento, assumindo o caráter de uma realidade histórica. Certeau assevera que a escrita da história precisa se renovar, no momento em que o ordinário determina o lugar da narrativa e, ao mesmo tempo, a esfera comum em que se desenrolam os acontecimentos.

Certeau propõe-se a verificar de perto o ordinário em domínios científicos estabelecidos. O objetivo é mostrar a erosão que o ordinário provoca em metodologias de investigação consolidadas, o que levaria a necessidade de se reconstruir as ciências e, assim, reestruturar o lugar em que se fabrica o discurso científico. A abertura metodológica incide em restituir as (meta)linguagens científicas a sua região de “nascença”: a *everyday life*, isto é, a vida cotidiana. Desde que a cientificidade – o modo de proceder da ciência – outorgou-se como espaço do racional, instituiu a si mesma como campo das leis, das tendências, das quantificações, ao passo que o resto se tornaria, para Certeau, a cultura. Esta segmentação estabeleceu a modernidade, que retalha as particularidades científicas imperantes que,

---

<sup>16</sup> Sobre isso Certeau cita o livro *O homem sem qualidades* do escritor Robert Musil.

assim, se pretendem acima dos recônditos de “resistências” práticas e de significações irreduzíveis à linguagem científica. Pela operação do cotidiano desmembraram-se a(s) linguagem(s) da(s) ciência(s) – que encadeiam os processos de um conhecimento classificador – e a linguagem cotidiana – que estabelece o funcionamento significativo do dia-a-dia ordinário. Esse desconhecimento do ordinário leva, em muitos casos, a que o cientista se expresse em nome do lugar a que sua disciplina lhe confere e, portanto, embaralhando o lugar social, da sua especificidade científica, com o discurso cotidiano, isto é, na esfera pública traveste a linguagem científica com um alcance muito além do propriamente devido. Ora, caracterizado como científico, “seu discurso não passava da linguagem ordinária dos jogos táticos entre poderes econômicos e autoridades simbólicas” (CERTEAU, 2008, p. 67). A abordagem da cultura iniciaria no momento em que o sujeito ordinário se torna o narrador e, ao mesmo tempo, o sujeito da ação, à medida que determina o lugar do discurso e o âmbito do seu desdobramento. Buscando não só as implicações do cotidiano, mas, também, as possibilidades teóricas de fundamentá-lo, Certeau (2008, p. 68) recorre, como já mencionamos antes, à filosofia do segundo Wittgenstein e seu exame da linguagem ordinária. Tal perspectiva pode ser considerada como uma crítica radical ao perito ou, melhor dizendo, ao filósofo como perito, proibindo toda extrapolação metafísica para fora do que o falar (uso da linguagem) possa dizer.

Na interpretação de Certeau, o filósofo austríaco tomou para si a atividade de ser o cientista do entendimento e da significação da linguagem comum. Ou seja, colocou “na lupa” as condições de uso da linguagem. Uma das consequências do pensamento de Wittgenstein, para Certeau, é que se



deve examinar a linguagem do cotidiano de modo a se certificar que nada exceda a sua alçada. De modo algum se poderia converter um suposto discurso de perito sobre ela em outro domínio científico e linguístico. Para Certeau (2008, p. 69), o que mais intriga nas consequências do pensamento de Wittgenstein é o modo como:

Wittgenstein traça *'do lado de dentro' desta linguagem* os limites daquilo que [...] a ultrapassa. É exclusivamente do lado de dentro que ele reconhece um fora em si mesmo indizível. Seu trabalho efetua portanto uma dupla erosão: aquela que dentro da linguagem ordinária, mostra esses limites; aquela que denuncia o caráter irreceptível [...] de toda sentença que tenta uma saída para 'aquilo que não se pode dizer'. [...] Wittgenstein examina um jogo de sintaxes regionais e combinadas, cujos fundamentos, coerência e significado global dependem de questões pertinentes, são até essenciais, mas não podem ser abordadas em um lugar 'próprio' porque a linguagem não poderia tornar-se o objeto de um discurso. [...] Raras vezes a realidade da linguagem foi tão rigorosamente levada a sério, isto é, o fato de ela definir a nossa historicidade, de nos superar e envolver sob o modo do ordinário, que nenhum discurso pode portanto 'sair dela' e colocar-se à distância para observá-la e dizer o seu sentido.

A filosofia do segundo Wittgenstein proporciona um referencial para o conhecimento da cultura que se abre e se conhece pela linguagem cotidiana (ordinária). A partir dessa abertura epistêmica, por um lado, segundo Certeau, o filósofo austríaco enfrenta a disciplinarização da filosofia, isto é, sua limitação ao discurso técnico de uma especialidade. Indo além, rejeita a eliminação do uso ordinário da linguagem. E é essa disciplinarização que, agora, Certeau também quer enfrentar na historiografia. Por outro lado, Wittgenstein afrontou, na avaliação do historiador francês, a voracidade metafísica ou a irritação da ética em desfazer-se do domínio de seus discursos a respeito da experiência comum.

Para Certeau, seguindo o segundo Wittgenstein, achamo-nos contidos na linguagem ordinária – tal como Tântalo está envolvido nos condicionantes de seu martírio. Ela engloba qualquer discurso, ainda que as vivências humanas não se restrinjam ao que ela pode expor. Ora, ao contrário, as ciências (em especial a historiografia) ocultariam o cotidiano – em leis, estatísticas, tendências e séries – para estabelecer-se e a filosofia domesticá-la-ia para poder assaltá-la. Portanto, para Certeau, as teses da guinada pragmática de Wittgenstein possibilitam modificar o lugar da pesquisa científica. Tal modificação de lugar transforma as regras de uso da linguagem no parâmetro do que chamamos de ciência e da filosofia. O cientista e o filósofo estariam presos na linguagem ordinária e não teriam um espaço exclusivo, privilegiado e singular. Retira-se, assim, qualquer lugar de autoridade e comando da(s) metalinguagem(s) sobre a ciência e a ética. A prerrogativa filosófica ou científica está submergida na linguagem ordinária e seus condicionantes. Essa “avaria” do científico teria como consequência a obliteração das “verdades”. Haveria, deste modo, fatos que não seriam mais verdades, e a presunção destas verdades se acharia condicionada pela análise dos lugares de homologação de tais verdades, justamente os jogos de linguagem (os “lugares” de uso da linguagem):

Pode-se ligar a esta posição a importância sempre maior, em Wittgenstein, dos comportamentos e dos usos linguísticos. Abordar a linguagem ‘na’ linguagem ordinária [...], sem visibilidade a partir de um ponto distante, quer dizer apreendê-la como um conjunto de práticas onde a própria pessoa do analisador se acha implicada e pelas quais a prosa do mundo opera. [...] Mas, procurando ‘precisar a morfologia de uso’ das expressões, isto é, examinar ‘os seus domínios de uso’ e ‘descrever suas formas’, pode ‘reconhecer’ diferentes modos de funcionamentos cotidianos, governados por ‘regras pragmáticas’, elas mesmas dependentes de ‘formas de vida’ (*Lebensformen*). (CERTEAU, 2008. p. 71).

Da filosofia de Wittgenstein, Certeau extrai também algumas conclusões para uma ciência do ordinário ou da cultura. Primeiro, as modos de se exprimir cotidianos não têm correspondências nas linguagens filosóficas e não são traduzíveis para eles, pois nelas há mais coisas do que no discurso filosófico especializado; segundo, os modos cotidianos e habituais de se expressar e comunicar-se fundam um estoque de diferenciação e de conexões que estão reunidas pela experiência histórica e guardadas no dizer cotidiano; e, por fim, no mesmo momento em que são práticas linguísticas, a linguagem ordinária revela multiplicidades lógicas das quais não há nem pressentimentos nas lógicas filosóficas ou científicas. Por fim, Certeau aponta para três perspectivas: em primeiro lugar, o regresso crítico do ordinário, tal como o compreende Wittgenstein, pode extinguir todas as espécies de falsas verbosidades e de poderes que classificam o conhecimento e que possuem sobre ele uma autoridade ilegítima; em segundo lugar, inversamente à linguagem do perito, a linguagem ordinária não tira serventia do conhecimento colocando-se com a autorização de expressar-se em seu nome. Do conhecimento, a linguagem ordinária mantém a exigência do rigor, porém nunca o domínio; em terceiro lugar, a ciência do ordinário se define pela estranheza, isto é, para analisar é preciso tornar-se um estranho fora da própria casa, pois, desse modo, criar-se-ia um procedimento analítico em relação à linguagem que circunscreve uma situação e um objeto. Isso traria como consequência para a investigação científica e historiográfica algo bastante paradoxal:

Não é mais a posição de profissionais, supostamente cultos entre selvagens, mas aquela que consiste em ser um estrangeiro *na própria*

*casa*, um ‘selvagem’ no meio da cultura ordinária, perdido na complexidade do que se ouve e do que se ouve comumente. É como ninguém ‘sai’ desta linguagem, nem pode encontrar outro lugar de onde interpretá-la, não há portanto interpretações falsas e outras verdadeiras mas apenas interpretações ilusórias. Em suma, não existe *saída*, e apenas o fato de se ser um *estranho dentro mas sem fora*, e na linguagem ordinária, resta ‘lançar-se contra seus limites’ (CERTEAU, 2008, p. 73).

As práticas cotidianas, tanto no pretérito quando no hodierno, são avaliadas como irreduzíveis aos discursos que a descrevem ou a anulam. *A invenção do cotidiano* é saturada por esse conflito entre o imperativo de refletir a prática e a complexa escrita sobre ela, na avaliação de que a escrita quer dominar e se apoderar da prática por uma lógica estranha a ela. É esse caminho complexo, esse desvio que a historiografia “arrisca” trilhar em sua pretensão de localizar a pluralidade de práticas fornecendo-lhes uma estruturação narrativa.

### **Considerações finais**

A partir do último quartel do século XX a historiografia começa a questionar sua tradição teleológica e linear. Impulsionado pela assim chamada guinada pragmática da linguagem, e, em particular, pela filosofia do segundo Wittgenstein, M. de Certeau colocou sob exame os fundamentos epistêmicos da historiografia. O olhar crítico dirigiu-se aos determinismos estruturais e a historiografia participou de um evento epistêmico maior de virada pragmática e linguística no interior das ciências humanas. Desse modo, a historiografia escapa do causalismo das ciências sociais, recusando a normatização nomológica. A historiografia sob a égide

das ciências sociais, que visava ao invariável e ao quantitativo, trancava os pesquisadores na limitação implacável das leis e funções.

Influenciado pelos ganhos teóricos de Wittgenstein, M. de Certeau atribui à historiografia a tarefa da elucidação da razão prática, além de assumir o status de uma operação crítica da linguagem. Uma consequência disso é uma disposição mais sóbria da historiografia, que a leva a repelir o deslumbramento pelo cientificismo e engajar-se mais na descrição da vida. O segundo Wittgenstein, ao que nos parece, ofereceu a Certeau a dimensão do sujeito rejeitada tanto pelas ciências sociais quanto pelo estruturalismo, resgatando a singularidade, o ordinário, a contingência, os jogos e a contextualidade no escopo da narrativa historiográfica. É como se a perspectiva adotada por Certeau, para recuperar a metáfora como a qual iniciamos o artigo, ao contrário de lamentar o castigo dado a Tântalo - ou seja, o fato de que qualquer produção de conhecimento está necessariamente condicionada ao uso da linguagem em um jogo – extrai dali um caminho novo para a legitimação da narrativa historiográfica. Tal caminho tanto tem a ver com o objeto mesmo da pesquisa historiográfica – que também se constitui pela linguagem ordinária – quanto pelas instâncias de julgamento do seu caráter de verdade, ou seja, as intenções-de-comunicação modeladas nos jogos de linguagem.

## Referências

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da História:** a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

\_\_\_\_\_. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. Estratégias e táticas. De Certeau e as “artes de fazer”. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DOSSE, François. Michel de Certeau e a história: entre o dizer e o fazer. In: **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

ESPAGNE, Michel. **Les transferts culturels franco-allemands**. PUF, Paris, 1999.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARTOG, François. Michel de Certeau. In: **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOMERO. **Odisséia II: Regresso**. Trad. de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2007.

IGGERS, Georg. **Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge**. Middletown: Wesleyan University Press, 2005. (1993).

IGGERS, Georg; WANG, Edward. **A global history of modern historiography**. Harlow: Pearson Education Limited, 2008.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

REVEL, Jaques. Michel de Certeau historiador: a instituição e seu contrário. In: **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RICOUER, Paul. Sobre alguns mestres do rigor: Michel Foucault, Michel de Certeau, Norbert Elias. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã: 1890 – 1933. São Paulo: EDUSP, 2000.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1993. pp. 11-112.

STRAWSON, Frederick. **Significação e verdade**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 332-345. Col. Os Pensadores.

SURKIS, Judith. When was the linguistic turn? A genealogy. **The American Historical Review**. Vol. 117, n. 3, June, 2012. p. 700-722.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Col. Os Pensadores.

\_\_\_\_\_. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1993.